

A CONSTRUÇÃO TEÓRICA DE PIERRE BOURDIEU E ANTHONY GIDDENS: AS ARTICULAÇÕES ENTRE AS AÇÕES DOS SUJEITOS E A ESTRUTURA SOCIAL

**JEANNE MARIEL BRITO DE MOURA¹
CLEITON FERREIRA MACIEL²**

INTRODUÇÃO

A pesquisa científica tem por objetivo investigar os problemas que se apresentam à humanidade através de rigoroso procedimento metodológico. Nesse sentido, cabe ao pesquisador fazer as escolhas das ferramentas analíticas certas a fim de que estas lhe proporcionem êxito no que se propôs a fazer. Este exercício não é fácil, mas é essencial no recorte do objeto de pesquisa. Weber já afirmava que o "homem da ciência" se situa constantemente entre a razão e a paixão. Por mais que os nossos valores e conhecimentos naturais da realidade nos guiem no processo de escolha, eles jamais devem inferir nos rumos que a pesquisa segue. Só assim estará assegurada a tão almejada neutralidade científica.

Nesse sentido, refletir sobre o lugar do sujeito nas ciências sociais requer do pesquisador um esforço de problematizar as principais questões que envolvem essa temática. De fato, um dos primeiros passos da imaginação sociológica se efetua na escolha de correntes teóricas que ofereçam ao pesquisador ferramentas

1 Mestranda na Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: maribrito21@yahoo.com.br.

2 Mestrando na Universidade Federal do Amazonas. E-mail: cleiton.keto@hotmail.com.

conceituais para refletir, criticamente, acerca do objeto de investigação. Não seria diferente com a temática proposta neste artigo, de sorte que, ao tentarmos entender a ação do sujeito na estrutura social, nos deparamos com diversas matrizes de pensamentos que vem colocando como norte analítico a tarefa de compreender até que ponto a sociedade exerce influência nas escolhas do sujeito.

Assim, o artigo tem por objetivo discutir a centralidade do sujeito nas ciências sociais e sua relação com a sociedade a partir das principais ferramentas conceituais elaboradas por Pierre Bourdieu e Anthony Giddens. Partimos do pressuposto que ambas as abordagens tentam romper com a dualidade clássica que, por muitos anos, firmou-se como o principal ponto de divergência na sociologia moderna.

O problema da relação entre indivíduo e sociedade esteve presente entre os principais pensadores da sociologia do século XIX, e, conseqüentemente, do século XX. A questão que se apresentava a todos era tentar compreender o que movia a vida social, se a estrutura ou as ações humanas sobre os sistemas/estruturas.

No bojo das discussões, os autores clássicos das ciências sociais se posicionaram no debate lançando a base fundamental para o desenvolvimento da disciplina. A pretensão dessa nova ciência era justamente desmistificar as interpretações reificadas na sociedade. O sociólogo Maurício Domingues afirma que uma dessas interpretações errôneas, fruto da modernidade, foi conceder ao indivíduo demasiada centralidade na vida social:

Sem dúvida, para muitos autores, o indivíduo permaneceria no centro do palco. Em geral, contudo, explicar esse indivíduo a partir de outros fenômenos sociais, inclusive a própria noção moderna de indivíduo, foi desde sempre uma ambição da sociologia. (Domingues 2008,13)

Em face disso, o principal problema que a sociologia demandou esforços em analisar, no século XIX, estabeleceu-se com relação ao indivíduo. A questão a ser desvendada passava pela ideia central de compreender o indivíduo não a partir dele mesmo,

mas a partir de suas conexões sociais. Nesse sentido, os principais fundadores da sociologia moderna contribuíram para o aprofundamento dessa questão na teoria social.

Tomando-se por base essa questão, Marx desenvolve sua teoria e metodologia do materialismo histórico concedendo grande ênfase aos processos sociais, sem deixar de lado o indivíduo. Ele afirmava que o homem também respondia aos estímulos externos, modificando a estrutura, mesmo que não o fizesse de forma intencional. (Marx 1998)

Com um enfoque voltado para a sociedade, Émile Durkheim explana suas concepções concedendo ênfase na proeminência dos fatos sociais sobre os indivíduos. Estes agiam sobre o indivíduo de maneira coercitiva e imperativa, sem concedê-lo mecanismo de escape (Durkheim 2008). Dessa forma, Durkheim busca na sociedade e na dimensão coletiva a explicação para os fenômenos sociais.

Não foi este o caminho metodológico percorrido por Weber. Baseado no método compreensivo da realidade social, Max Weber elaborou uma teoria que busca o *sentido da ação* do indivíduo. Nesses termos, ao recorrer ao individualismo como opção metodológica, Weber compreende os fenômenos sociais a partir do sentido atribuído pelos indivíduos à sua ação social, ou seja, para ele a sociologia deve compreender o sentido que o ator social dá ao seu comportamento: “Weber (...) observou que todas as construções conceituais da própria vida social – como, por exemplo, (...) o Estado – devem ser ‘reduzidas’ ao sentido que o indivíduo atribui a elas. Em si mesmas, elas não existem ou não têm significado” (Domingues 2008, 13-14), ou seja, a ação do sujeito é a responsável pelo sentido da vida social.

Desde as análises clássicas da sociologia até as interpretações mais contemporâneas, as construções teóricas se fundamentaram sobre dois prismas: as questões objetivas (funcionalistas e estruturalistas) e subjetivas (sociologia interpretativas: interacionismo simbólico e fenomenologia). Nesse sentido, no século

XX, esses dilemas sociológicos afloram e é a partir dos argumentos interpretativos da teoria da estruturação de Anthony Giddens e da teoria prática de Pierre Bourdieu que o debate ganha novos ares.

Ambos procuraram interpretar a realidade social distanciando-se de abordagens cuja premissa tirava a autonomia do sujeito nas suas ações, limitando-o a mero “fante social”. As abordagens de Bourdieu e Giddens tendem a serem mais equilibradas concedendo autonomia ao sujeito/agente. O agente social age sobre o mundo social e o mundo social age sobre ele, como um processo de mão dupla e retroalimentado.

O presente artigo demonstrará que os posicionamentos teóricos dos dois são válidos na interpretação do mundo social. Tanto Bourdieu como Giddens foram responsáveis pela elaboração de um arsenal teórico equilibrado e aberto ao diálogo com os pensadores clássicos.

Pierre Bourdieu propôs uma teoria social que buscava superar a dicotomia indivíduo/estrutura, porém ele ainda enxergava o sujeito como alguém relativamente passivo, à mercê do “campo” social, na qual a estrutura social desempenhava um papel central nas escolhas individuais. Independente do “campo” que atue, o indivíduo é visto por Bourdieu como um sujeito com uma autonomia limitada pelo *habitus* que condiciona a sua ação, além disso, o próprio “poder simbólico” atuante no “campo” “só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (Bourdieu 2010, 12).

Anthony Giddens também não nega o poder desempenhado pela estrutura sobre o agente, pois, para ele, as estruturas sociais possuíam capacidade de interferir em certas questões na vida do ator social. Mas, para além dessas questões, ele também enxergava um indivíduo com mais liberdade e atuante na construção da sua ação social.

Destarte, em um primeiro momento, o artigo analisará as abordagens teórico-metodológicas sobre o indivíduo, apontando o papel que a estrutura ocupa nas análises dos autores, para depois, em um segundo momento, evidenciar se existe alguma aproximação epistemológica entre eles.

A TEORIA DE PIERRE BOURDIEU: O AGENTE E A ESTRUTURA SOCIAL

Pierre Bourdieu enquanto sociólogo empreendeu renovados esforços a fim de desvendar o funcionamento da sociedade a partir de questões subjetivas e objetivas. No começo de sua carreira, mesmo sendo possível detectar as influências vivenciadas por ele sob o estruturalismo de Lévi-Strauss, aos poucos se percebe que ele foi trilhando sua própria trajetória intelectual e amadurecendo suas reflexões teóricas.

Para Bourdieu, teoria e pesquisa empírica deveriam estar sempre juntas, pois somente a partir desse equilíbrio é que poderiam emergir questões passíveis de serem analisadas pelo cientista social. Sua teoria foi amparada por uma série de categorias analíticas por ele empregadas para a apreensão da realidade social, como: "campo", *habitus*, *doxa*, "capital simbólico", "violência simbólica", "espaço social", dentre outras.

Não obstante, em uma segunda fase de sua vida, Bourdieu tornou-se um crítico tenaz do estruturalismo, por considerar que essa tradição de pensamento era rígida e incapaz de conceder autonomia ao ator social, bem como da fenomenologia, por conceder autonomia em demasia ao indivíduo. Propunha assim, uma teoria que conseguisse dar conta de ambos os papéis desempenhados tanto pela estrutura, como pelo indivíduo, nos fenômenos sociais, visando superar as divergências das análises do subjetivismo/objetivismo.

O sociólogo Domingues (2008) afirma que o conceito de *habitus* foi empregado por Bourdieu para designar o polo da ação humana

– porém uma ação condicionada pela estrutura – e o conceito de campo como uma referência às estruturas sociais. O *habitus* é uma estrutura estruturada e estruturante depositada no corpo humano, é um conhecimento adquirido que fornece certas disposições práticas para a ação do agente, reproduzindo as condições de vida social. Isso significa dizer que o *habitus* responde pelo polo da ação, da memória social, pela criatividade da ação e pela mudança social. Assim, Bourdieu compreende que:

Uma das funções da noção de *habitus* é a de dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes. O *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco (...) de escolhas de pessoas, de bens, de práticas. (Bourdieu 1996, 21-22)

Podemos dizer com isso que as estruturas se reproduzem através do *habitus* de determinado grupo ou indivíduo, produzindo uma interiorização nos agentes de suas disposições de conduta no “campo” social:

(...) o *habitus*, enquanto disposição geral e transponível realiza uma aplicação sistemática e universal, estendida para além dos limites do que foi diretamente adquirido, da necessidade inerente às condições de aprendizagem: é o que faz com que o conjunto das práticas de um agente – ou do conjunto dos agentes que são o produto de condições semelhantes – são sistemáticas por serem o produto da aplicação de esquemas idênticos – ou mutuamente conversíveis – e, ao mesmo tempo, sistematicamente distintas das práticas constitutivas de um outro estilo de vida. (Bourdieu 2008, 163)

Não obstante, os “campos” são configurações estabelecidas pela relação entre os seres humanos, e são conduzidos pelos indivíduos que exercem mais influência em sua área de atuação. Nesses termos, compreendemos que é no “campo” que se estabelece o lugar da ação do indivíduo, ou seja, que se constitui o *habitus*. O “campo” pode, ainda, ser classificado como econômico, político, literário ou jurídico. (Bourdieu 1996)

A noção de “campo” foi criada para designar os vários sistemas/estruturas da sociedade em que os atores sociais exercem

poder. Assim, se estabelece uma dupla assertiva, na qual o “campo” estrutura o *habitus* e o *habitus* é a interiorização do “campo”. Bourdieu compreende o “campo” como um espaço social de relações objetivas (2010), em que as posições dos atores se firmam de forma relacional, e de acordo com o poder detido por eles. Nesse sentido, o poder que cada ator social possui no seu campo é que irá determinar a legitimidade de suas ideias, e a veracidade de sua ação. A cerca da atuação do poder nos campos Bourdieu afirma que:

(...) ele se exerce, de maneira invisível e anônima, através das ações e reações, à primeira vista anárquicas, mas de fato estruturalmente coagidas, de agentes e instituições inseridos em campos concorrentes e complementares, como, por exemplo, o campo econômico e o campo escolar, e envolvidos em circuitos legitimadores de trocas cada vez mais distendidos e mais complexos (...). (Bourdieu 2000, 124-125)

Os agentes sociais exercem suas atividades na sociedade dotados de certa razão, ou seja, eles não agem como loucos, sem consciência de nada. O que não significa supor que eles tenham uma explicação racional em agir como agem e que suas ações sejam dirigidas por essas razões. Bourdieu afirma que “(...) a sociologia postula que há uma razão para os agentes fazerem o que fazem (...), razão que se deve descobrir para transformar uma série de condutas aparentemente incoerentes, arbitrárias, em uma série coerente (...)” (Bourdieu 1996, 138) Assim, ele concede certa autonomia ao indivíduo, porém sem liberá-lo totalmente.

Entre os agentes e o mundo social há uma relação de cumplicidade, por isso, cabe ao sociólogo desvendar até que ponto os agentes respondem conscientemente pelo que fazem, pois, nem sempre, uma conduta humana tem por finalidade o resultado dessa conduta, ou seja, os agentes sociais visam certos fins em suas ações sem colocá-los como tais (Bourdieu 1996).

Isso significa dizer que os agentes sociais, que sabem o sentido do jogo³, não têm necessidade de colocar como fins os objetivos de sua prática. Ter a compreensão do sentido do jogo é ter o jogo na pele, onde o ator consegue perceber o futuro do jogo, bem como as suas regras. Essas assimilações do sentido do jogo no corpo são construídas através do *habitus*. O *habitus* é o responsável por imprimir no sujeito as estruturas imanentes de um mundo social ou de um campo que estrutura não só a percepção desse mundo, mas também a ação nesse mundo:

E quando as estruturas incorporadas e as estruturas objetivas estão de acordo, quando a percepção é construída com as estruturas do que é percebido, tudo parece evidente, tudo parece dado. (Bourdieu 1996 144)

Para Bourdieu, a noção de “ação humana”, juntamente com a de *habitus*, tem por base algo diferente da intenção, ou seja, as disposições adquiridas fazem com que a ação seja orientada em direção a determinado fim, sem que se possa dizer que ela tenha por princípio a busca consciente desse objetivo.

Nesse sentido, compreendemos que Bourdieu propõe que a sociologia se desenvolva como uma ciência em que se pretende observar a sociedade a partir de uma visão dinâmica, sem cair na armadilha da linearidade analítica. Trata-se, portanto, de trazer à tona elementos importantes para a compreensão da estrutura social, implicando a necessidade de ir além de uma análise “rasteira”, baseada apenas em critérios puramente econômicos, ou de certo marxismo ortodoxo que privilegia o aspecto da “infraestrutura”, esquecendo, assim, distintos modos de diferenciação de uma cultura que se diz “legítima”.

3 Para explicar o que seria um jogo, Bourdieu utiliza a palavra latina *illusio* que significa estar no jogo, levar o jogo a sério. Ele utiliza a palavra “interesse” no seu arcabouço conceitual para designar o relativo à *illusio*. Interesse é “estar em”, participar, admitir que o jogo merece ser jogado. O jogo social só tem sentido, só é interessante e importante se for imposto nas mentes e corpos dos atores, e se forem estruturados de acordo com as estruturas do mundo no qual se está jogando.

Os bens culturais possuem, também, uma economia, cuja lógica específica tem de ser bem identificada para escapar ao economicismo. Nesse sentido, deve-se trabalhar, antes de tudo, para estabelecer as condições em que são produzidos os consumidores desses bens e seu gosto; e, ao mesmo tempo, para descrever, por um lado, as diferentes maneiras de apropriação de alguns desses bens considerados, em determinado momento, obras de arte e, por outro, as condições sociais da constituição do modo de apropriação, reputado como legítimo. (Bourdieu 2007, 9)

Bourdieu redimensiona a análise quando concede à cultura a chave de investigação no que se refere à distinção entre “classes”. O gosto vai emergir como um elemento central para se entender o jogo da dominação. Essa é a questão central. O autor quer mostrar que, longe de ser algo “natural”, o gosto é construído dentro de uma lógica que tem por resultado privilegiar determinadas distinções no interior de um “campo”.

É nesse “campo” que o jogo é estabelecido, possuindo determinadas especificidades que fazem parte da estrutura do campo. O indivíduo não está totalmente preso à estrutura do campo. Ele não está “condenado”: pode ganhar ou perder dependendo de como ele manipula o “capital” específico que está em disputa no campo. No livro *A Distinção* Bourdieu vai mostrar que, dependendo do capital acumulado em sua trajetória, o agente pode ter melhores “trunfos” dentro de um “campo”, o que propicia ao indivíduo ter competências que o legitimam naquele “campo”.

É nessa lógica que a relação entre gosto e educação emerge como pressuposto fundamental dentro da abordagem de Bourdieu. O sistema de educação surgirá enquanto reproduzidor da dominação de classes, e dará ao indivíduo ferramentas de distinção dentro dos “campos” nos quais ele se insere. A trajetória do indivíduo será marcada, portanto, por incorporação de diversos “capitais”: “capital econômico” (renda), “capital cultural” (escolarização) e “capital social” (relações de amizade), o que possibilitará certas condições de acesso a determinados bens culturais em face de sua “origem social” e da educação que ele recebeu, e de como ele fará uso social delas na tentativa de galgar patamares mais “legítimos” na hierarquia social.

Bourdieu quer fugir, assim, de uma análise estritamente economicista da sociedade. A escolha de um curso de nível superior, por exemplo, não é determinada apenas pelo viés econômico, pela infraestrutura, mas por uma série de fatores de ordens diversas que foram incorporados pelos indivíduos ao longo de sua trajetória, e que agora formam o seu *habitus*. Assim, a ideia de “vocação” para determinada profissão faz parte apenas de um discurso de poder resultante do próprio condicionamento do indivíduo inserido na estrutura social. É necessário olhar, dessa forma, a “significação cultural” das práticas sociais, na tentativa de apreender e de analisar a realidade.

Seguindo essa linha de pensamento, no livro *Meditações Pascalianas*, Bourdieu questiona a universalidade das disposições econômicas ditas racionais, e afirma que a questão das condições econômicas e culturais de acesso a tais disposições são determinadas pela posição do indivíduo no “campo”, e não por uma questão de acesso natural.

A TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO DE ANTHONY GIDDENS

Anthony Giddens produziu um conjunto de obras que expressa bem o movimento de síntese teórica. O sociólogo inglês constrói sua teoria da estruturação numa tentativa de superar a dicotomia indivíduo e sociedade, com suas abordagens subjetivas e objetivas.

Para construir sua teoria, ele percorre as principais concepções teóricas que tanto influenciaram a sociologia, dentre elas, a fenomenologia e o interacionismo simbólico, a teoria dos jogos de linguagem de Wittgenstein, as ideias teatrais de Goffman, o estruturalismo de Lévi-Strauss, o pós-estruturalismo de Derrida e Foucault, o funcionalismo de Parsons e Merton, bem como os teóricos da sociologia clássica.

No livro *A constituição da sociedade*, Giddens (2009) debate a situação da teoria social no século XX, e para tal empreendimento

ele parte das principais correntes teóricas que norteavam as pesquisas sociológicas da época. Entre o final da década de 1960 e começo da de 1970, as divergências sobre as abordagens teóricas na sociologia começam a gerar fissuras em todo o consenso acerca da teoria social.

No lugar do antigo “consenso ortodoxo”, surge uma variedade de perspectivas teóricas concorrentes. Escolas de pensamento que antes não tinham voz foram ouvidas pela primeira vez, como a fenomenologia e a teoria crítica dos filósofos de Frankfurt. Outras escolas receberam um novo impulso, como o interacionismo simbólico, a tradição hermenêutica e as tradições interpretativas. É a partir dessas questões que Giddens propõe uma teoria que consiga captar o que de melhor existe nas diversas abordagens conceituais.

Assim, a teoria da estruturação engloba questões concernentes a natureza da ação humana, o modo como a interação deve ser conceituada e sua relação com as instituições, como também a apreensão das conotações práticas da análise social (Giddens 2009).

Ao analisar as principais correntes teóricas, Giddens forja sua *teoria da estruturação*, cuja principal unidade de análise é a dualidade da estrutura. Desse modo, ele visa conceder um maior equilíbrio entre a capacidade reflexiva dos atores e o impacto da estrutura sobre os agentes. Desse modo, ele concede uma maior autonomia ao indivíduo no processo de mudança social:

(...) Os atores são sempre reflexivos e podem alterar seu comportamento a qualquer momento, o que produz um fluxo constante de mudança social, que acarreta a definição de sua proposta como teoria da “estruturação”, ou seja, como teoria de um processo contínuo. (Domingues 2008, 64)

Apesar da possibilidade reflexiva que os atores têm, não implica que eles possuam um conhecimento articulável discursivamente sobre suas práticas e sobre as regras que regem seus processos interativos. Como exemplo, Giddens cita a reprodução da linguagem pelos agentes. Conhecendo ou não as regras de uma

língua, seus falantes as praticam a maior parte do tempo intuitivamente sem pensar nas regras que as constituem. Além disso, a língua sofre alterações na prática de seus falantes ao longo do tempo (Giddens 2009). A consciência prática permite ao agente seguir as regras e modificá-las sem que este perceba que o fez.

Giddens concede à noção de estrutura um caráter condicionante da ação dos atores, sendo, ao mesmo tempo, capacitadora de sua ação, ou seja:

A estrutura é simultaneamente, composta de "regras" e "recursos", que definem parâmetros para a ação, fornecendo-lhe também os instrumentos (...) para agir. (Domingues 2008, 65)

Por estrutura, ele considera o conjunto de regras e recursos implicados de modo recursivo na reprodução social, na qual as relações são estabilizadas através do tempo e do espaço. A formulação da teoria da estruturação tem por principal objetivo acabar com as dicotomias entre as sociologias interpretativas (que se centram no império do sujeito e no subjetivismo) e as funcionalistas e estruturalistas (que dão ênfase ao objetivismo e ao ponto de vista naturalístico).

Para a teoria da estruturação, o que mais interessa não é a experiência do ator individual, nem a existência de qualquer forma de totalidade social, mas as práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo. As atividades sociais humanas são recursivas, ou seja, elas são continuamente recriadas pelos atores sociais através dos próprios meios pelos quais eles se expressam como atores.

É a forma reflexiva cognoscitiva dos agentes humanos que está envolvida na ordenação recursiva das práticas sociais. Essa reflexividade deve ser entendida como o caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social, pois o ser humano é um agente intencional que tem razões para suas atividades, e que está apto a explicitar essas razões (Giddens 2009). Porém, embora os atores sociais possam informar discursivamente sobre suas intenções na forma que atuam, nem sempre conseguem esclarecer

os seus motivos, ou seja, é como se ocorresse um entendimento limitado sobre si. Os atos dos agentes são intencionais, porém as consequências não.

O cerne da teoria da estruturação diz respeito aos conceitos de estrutura, sistema e dualidade da estrutura. A estrutura refere-se às propriedades de estruturação que permitem a delimitação de tempo-espaço em sistemas sociais, e que permitem também a existência de práticas sociais discernivelmente semelhantes por dimensões variáveis de tempo e de espaço. Os sistemas sociais compreendem as atividades localizadas de agentes humanos, reproduzidas através do tempo e do espaço. A dualidade da estrutura compreende o entendimento de que as regras e os recursos esboçados na produção e na reprodução da ação social (práticas sociais) são, ao mesmo tempo, os meios de reprodução do sistema. Isso ocorre através da rotinização das práticas na vida social, onde a atividade cotidiana de atores sociais reproduz aspectos estruturais mais amplos. (Giddens 2009)

Ao se analisar a teoria da estruturação de Giddens, percebe-se que os dois elementos fundamentais para ele são ação e estrutura. Nesse sentido, embora ele tenha postulado uma síntese de quase todas as correntes sociológicas, são o estruturalismo, o funcionalismo e as teorias da ação, as que desempenharam papel principal em sua teoria da estruturação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procuramos compreender, através da comparação dos pressupostos teóricos de Bourdieu e Giddens, como a noção do sujeito e da estrutura é desenvolvida por eles. Os trabalhos de Bourdieu e de Giddens representam um enorme avanço nas questões relativas às dicotomias teóricas do sujeito e da estrutura. Nesses termos, compreendemos que através de uma síntese bem-sucedida das diversas correntes teóricas, cada um, ao seu modo, conseguiu imprimir sua marca nas ciências sociais.

O posicionamento teórico de Bourdieu rendeu à sociologia um avanço nas questões concernentes à reprodução dos fenômenos sociais. Sua tentativa de desenvolver uma linha de pensamento que postulava resolver o problema do indivíduo x estrutura foi bem-sucedida, apesar de conceder mais ênfase à estrutura que ao indivíduo.

Suas ponderações concedem ao indivíduo certa autonomia e criatividade no comportamento dos atores. Essa criatividade é observada por ele nas situações de modificações no próprio *habitus* e pelo comportamento heterodoxo de modificação dos campos. Mesmo definindo sua sociologia como relacional, essa relação ocorre entre posições de poder no “campo” e não entre os atores. Destarte, pode-se afirmar que Giddens vai mais além de Bourdieu, ao propor que o indivíduo é quem constrói e reformula a estrutura social.

A teoria sociológica desenvolvida por Giddens propõe uma nova abordagem conceitual, na qual o equilíbrio entre a ação do indivíduo, e a ponderada influência da estrutura sobre ele, são descritos como o ponto central de sua obra. Ele abandona categorias clássicas relativas à sociedade e ao indivíduo, centrando suas análises na recursividade da vida social, e na rotinização das práticas feitas através das atividades cotidianas.

A realidade social é entendida por Giddens como recursiva e inovadora, estruturada e estruturante. Os dois teóricos se propõem a compreender como acontecem a mudança e a persistência de padrões na sociedade.

REFERÊNCIA

- Bourdieu, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- Bourdieu, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.
- Bourdieu, Pierre. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- Domingues, José Maurício. *Teorias sociológicas no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- Giddens, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- Marx, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo, a partir de um estudo comparativo, fomentar o debate acerca das questões teóricas fundamentais presentes em Giddens e em Bourdieu, a saber: o indivíduo e a estrutura social. A compreensão sobre a dinâmica da vida social é uma demanda antiga na sociologia, e tem impulsionado o surgimento de várias correntes teóricas ao longo dos séculos. Nessa perspectiva, Giddens e Bourdieu têm como proposta central de suas análises a elucidação do problema da articulação entre a ação dos sujeitos e a estrutura social.

Palavras-Chave: Anthony Giddens, Pierre Bourdieu, indivíduo, estrutura social.

RESUMEN | EL CONSTRUCTO TEÓRICO DE PIERRE BOURDIEU Y
GIDDENS ANTHONY: LAS RELACIONES ENTRE LA
ACCIÓN DE LOS SUJETOS Y LA ESTRUCTURA SOCIAL

Este artículo pretende, a partir de un estudio comparativo, estimular el debate sobre los problemas teóricos fundamentales presentes en Bourdieu y Giddens, a saber: el individuo y la estructura social. La comprensión de la dinámica de la vida social es una antigua demanda de la sociología, y ha llevado a la aparición de diversas corrientes teóricas sobre los siglos. Giddens y Bourdieu han propuesto como central para sus análisis para dilucidar el problema de la relación entre la acción de los individuos y la estructura social.

Palabras Clave: Anthony Giddens, Pierre Bourdieu, individuo, estructura social.

ABSTRACT | PIERRE BOURDIEU AND ANTHONY GIDDENS
THEORETICAL CONSTRUCT: THE RELATIONSHIP
BETWEEN SUBJECTS' ACTION AND SOCIAL
STRUCTURE

This paper aims, from a comparative study, stimulating debate about the fundamental theoretical issues present in Giddens and Bourdieu, namely: the individual and the social structure. The understanding of the dynamics of social life is an old demand in sociology that has driven the emergence of various theoretical currents over the centuries. From this perspective, Giddens and Bourdieu have proposed as central to their analyzes elucidate the problem of the relationship between the action of individuals and social structure.

Keywords: Anthony Giddens, Pierre Bourdieu, individual, social structure.